

Sistematização do Primeiro Fórum

Tema: O que é uma trajetória e sua relevância para estados e regiões

1 de setembro de 2020

Sistematização do Primeiro Fórum- Primeira Parte

O que é uma trajetória e sua relevância para estados e regiões

- **Milimer Morgado (The Climate Group):**

O acordo de Paris é uma estratégia global de longo prazo que faz a ponte entre as políticas atuais e a neutralidade climática que deve existir até o final do século. Ela está definida por 3 objetivos, sendo o primeiro deles a redução do aquecimento global a menos de 2°C. Neste contexto, os países signatários assumiram um compromisso, o chamado NDC, e ao mesmo tempo estão trabalhando em estratégias de longo prazo.

Esta questão é relevante, pois inclui não apenas os governos nacionais, mas também as cidades e os governos subnacionais dentre outros. Convidando todos esses governos a intensificarem seus esforços. Dentro destes esforços está o de influenciar os países a aumentarem a ambição das suas NDC e atingirem emissões líquidas zero. *Os governos subnacionais não só têm de influenciar os países para aumentarem suas ambições, mas também devem fazê-lo eles mesmos.*

Considerar que o potencial de mitigação dos estados e regiões que fazem parte da Coalizão Under2 é maior do que o total atual das emissões anuais da UE.

O que é uma trajetória?

A trajetória é um processo de transformação que é realizado em colaboração com as comunidades, empresas e atores-chave. Ele oferece a possibilidade de um plano de redução de emissões em longo prazo que apoia o desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, a trajetória começa com a visão de reduzir as emissões de GEE de longo prazo, definindo ações para atingir seus objetivos. Estas ações têm que ser técnica e economicamente viáveis. Quando devidamente implementadas, elas reduzem as emissões e trazem benefícios ambientais, sociais e econômicos, onde devem ser avaliados antes do final da trajetória os co-benefícios.

Esta trajetória deve ser sustentada por 3 pilares: (1) Liderança e vontade política, (2) participação cidadã, e (3) alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

Uma trajetória é desenvolvida sob estas 9 etapas, onde **as 6 primeiras se concentram no desenvolvimento da trajetória, as 3 últimas na identificação do mecanismo de monitoramento e revisão:**

- Definição da visão: (1) Coleta de informações, (2) Desenvolvimento da linha

de base, e (3) Estabelecimento de metas e visão.

- Modelagem de trajetória e co-benefícios: (4) Identificar e projetar ações, (5) modelar cenários, e (6) Selecionar trajetória.
- Implementação e revisão: (7) Desenho de plano de monitoramento da trajetória, (8) Desenho de plano de implementação do projeto, e (9) Revisão e atualização

- **Daniel Buira (Tempus Analítica)**

O conceito de desenvolvimento sustentável é integral para nós, mas ainda não está sujeito ao planejamento dos nossos países. No entanto, a crise climática torna indispensável levar em conta esta visão de transformação.

A trajetória de longo prazo é o instrumento técnico que nos permite planejar o cumprimento simultâneo de objetivos econômicos, sociais e ambientais para alcançar o desenvolvimento sustentável.

É preciso destacar o que não estamos atingindo. O relatório especial de 1,5°C do IPCC afirma que, se os países cumprirem com os NDC, teremos um nível de emissões até 2030, será impossível atingir a meta de 1,5°C. A atualização dos NDC deve ser visitada o mais rápido possível e deve haver um aumento de ambição em todos os níveis de governo. Todos os NDCs que os países já entregaram têm esta ideia de “lock-in” de emissões, tornando impossível o cumprimento do Acordo de Paris.

As nações querem reduzir as emissões, mas, ao mesmo tempo, queremos fazer crescer nossa economia. Se houver um conflito entre estas duas prioridades, não haverá sucesso. Um novo modelo de desenvolvimento precisa ser considerado.

Se quisermos uma economia alinhada ao final das emissões, isto não será alcançado com pequenos ajustes tecnológicos, uma nova forma de fazer as coisas deve ser considerada, ponderando as bases para novas ações.

Não basta somente reduzir as emissões, pois temos visões nos níveis econômico, social e outros. Portanto, é necessária uma “transformação”, não melhorias incrementais. Para atender às emissões, é necessária uma nova frota de tecnologias. Estas serão colocadas em prática se houver investimento nelas, o que implica em uma trajetória de investimento. Consideremos que devemos investir (dinheiro) antes de termos a tecnologia, e ela deve vir antes que para podermos iniciar atividades econômicas sem emissões. Este investimento só virá se houver uma dinâmica de mercado, portanto cada país deve assegurar-se de que cada **marco regulatório e institucional seja customizado**.

Princípios para as trajetórias transformativas

- Para desenvolver uma trajetória transformadora devemos considerar como princípio: começar estabelecendo metas simultâneas tanto para as emissões quanto para o desenvolvimento econômico.
- Garantir que todos os setores sejam incluídos.
- Ter uma equipe técnica para realizar análises e desenvolver trajetórias ambiciosas
- Trabalhar com a pergunta: “o que será verdade para obter um cenário?”

O desenvolvimento de trajetórias subnacionais oferece oportunidades importantes em novos tipos de economias, na melhoria da gestão ambiental, na redução dos riscos das atividades em alguns setores e na adaptação para reduzir a

vulnerabilidade.

O necessário para atender à ciência do acordo de Paris é termos objetivos combinados (econômicos, sociais e ambientais), trajetórias transformadoras e liderança subnacional que possa identificar as oportunidades.

O MRV é mais bem conduzido de acordo com o tipo de medida que estiver sendo discutida. Ao trabalhar em uma transformação é importante termos medidas de processo e não apenas medidas de resultado. Quando a trajetória de transformação já estiver em andamento, é necessário garantir que as mudanças sejam feitas a curto, médio e longo prazo, onde seja elaborado um roteiro para gerenciar o processo.

- **Estado de Mato Grosso:**

O estado de Mato Grosso é um dos maiores produtores de grãos e gado do país, portanto, é muito dependente do clima. Logo, a fim de mantermos a nossa economia estável, precisamos trabalhar com as questões da mudança climática.

O projeto de trajetórias de descarbonização começou em 2019 e estamos atualmente concluindo a etapa de ações de catálogo para compor nossa trajetória.

O projeto deverá ser replicado em outros estados, visto que poderá ajudar o país a atingir as metas assumidas, e incentivar os estados a terem metas climáticas de longo prazo com indicadores mensuráveis para que possamos atingir as metas do Acordo de Paris. Isto permite que o Estado examine suas políticas para constatar o que possui e buscar sinergia com o projeto para desenvolver mais corpo e voz às ações.

Os principais resultados que temos até agora são as linhas de base para o Mato Grosso, a AFOLU e os setores de energia foram priorizados, e o catálogo de ações concluído da priorização dessas ações.

Aprendizagem do projeto

- A interação entre os atores governamentais foi fundamental, pois o compromisso dos atores foi notado e eles trazem enriquecimento para o processo.
- No projeto aprendemos que na construção da linha de base, a busca por dados de emissões era difícil, pois nem todos os dados estavam disponíveis. E este processo de obtenção de informações geralmente é lento.
- Executar o processo de ver o que o Estado já tem e traçar as diretrizes, políticas e estratégias que estão em andamento para que as trajetórias sejam fortalecidas, de modo que não sejam refletidas como metas individuais.

Em relação ao objetivo mais bem sucedido. Ainda não há como relatá-lo, já que o projeto ainda está em processo de fechamento. Considerar que o Estado já tem uma estratégia que compõe a meta de redução de emissões, portanto, o projeto deve equalizar estas metas.

Em relação à sustentabilidade e continuidade do projeto, o primeiro objetivo é promover e fazer com que o projeto tenha continuidade, envolvendo a maioria das instituições e fazendo-o permear outras políticas que já estão sendo implementadas. Embora o projeto não seja uma política em si, ele tenta, e

queremos que ele tenha continuidade dessa forma. Não sabemos como garantir o cenário político daqui a 3 ou 4 anos. O que queremos é que haja uma ligação com o que o Estado pretende para que o projeto não fique no papel.

O projeto tem parceria com organizações estatais; por exemplo, parcerias com o secretário de planejamento, assistência social, desenvolvimento econômico, etc.

Sistematização da Segunda Parte

Trabalhando a Nota Conceitual

- **Javier Perla:**

Os NDCs de todos os países não conseguiriam atingir as metas até 2030, portanto, o novo pedido é aumentarmos a ambição. Para alcançar este aumento, devem ser feitas mudanças transformacionais e sem precedentes.

Existem muitos atores para apoiar as mudanças sem precedentes, onde estados e governos subnacionais são extremamente importantes, pois têm uma esfera de competência em questões florestais, energia, etc., que podem contribuir fortemente.

A Nota conceitual

A nota conceitual é um documento que fornece informações essenciais sobre uma proposta, sendo a primeira expressão do projeto, por ter a flexibilidade de retrabalhar a ideia antes de apresentá-la a qualquer doador.

Ela nos serve para ter a primeira estrutura de desenvolvimento para uma Trajetória de Descarbonização. Além disso, capta o interesse de agências de financiamento, atores estatais, organizações governamentais, ONGs, setor privado, sociedade civil, etc.

Atividade por grupos:

Foi colocada esta questão a todos os participantes:

Por que é importante desenvolver uma trajetória em seu estado?

Qual é o maior desafio?

Grupo 1:

Um dos desafios é a articulação e o envolvimento com outras instituições e níveis de governo. Também a falta de dados, pois não nos permitem gerar uma linha de base (eles não estão disponíveis ou não são mencionados). Em relação a uma política macro, é a continuidade das políticas da trajetória do projeto. Os ciclos políticos que são interrompidos na América Latina é uma questão importante para todos os países. No final, quando a trajetória estiver em vigor, ela deve ser transformada em uma política pública para que haja um compromisso por parte dos governantes.

Grupo 2:

Temos que acordar objetivos com os atores desenvolvidos na esfera política e

produtiva do Estado. Os desafios que temos, o compromisso dos grupos, e a necessidade de uma equipe interna dirigida a concretizar o plano e nivelar a compreensão e as expectativas das diversidades que temos, consolidando-o como um tema transversal em todos os espaços do governo, e encontrar um denominador comum para evitar visões fragmentadas e esforços que não estejam de acordo.

Grupo 3:

Concluimos que é necessária muita vontade política para implementar a trajetória e outras políticas de CC que possam ser implementadas no Estado. No México, fizemos progressos no desenvolvimento de instrumentos de política pública, mas também é preciso desenvolver estratégias de implementação. O desenvolvimento desta estratégia está muito relacionado com a vontade política de cada participante. No estado do México, serve-nos para fortalecer outros instrumentos que já foram desenvolvidos, tais como o programa de ação estatal para a mudança climática, o Atlas de Vulnerabilidade à Mudança Climática, uma Agenda Estatal Climática e outros instrumentos políticos.

Grupo 4:

Há vários desafios desde o acesso até a informação, a construção desta, caso não haja contagem de emissões em nível estadual e local, o financiamento para aplicar tecnologias em determinados setores, mas o principal desafio é a vontade política. Nesta última, os principais atores devem ser reunidos e terem esta vontade de implementar a trajetória. Isto é importante porque não faria muito sentido ter a estratégia e não o apoio político.

Grupo 5:

Envolvimento de atores-chave no marco do desenvolvimento da trajetória. Não só deve ser integrada a partir da implementação, mas também a partir do desenvolvimento. Uma de nossas fraquezas tem sido integrar todos esses atores que pertencem a setores e empresas a partir do desenvolvimento de uma política que é transversal porque não há apropriação, eles a veem como algo externo ou estranho, portanto, se eles não estiverem envolvidos desde o início é muito difícil para serem incorporados no final do instrumento. Além disso, há acordo com os outros grupos em relação à vontade política e ao envolvimento dos três planos do governo.

Grupo 6:

O maior desafio é a questão da informação científica para ter objetivos mais claros associados a indicadores para ver como mensurá-los e relatá-los. Além disso, deve-se começar com a nota conceitual onde deve haver um compromisso com um número de redução, isto é muito forte, pois todos os atores devem estar comprometidos com estes resultados.

Ser capaz de alcançar uma escalada na transformação das ações até um nível em que possamos alcançar os resultados desejados indica um grande investimento e coordenação. Considere também que a Colômbia é um país centralizado e isso não ajuda a alcançar o progresso no nível jurisdicional.

Grupo 7:

Madre de Dios teve abertura política para avançar no estabelecimento de políticas públicas que sejam desenvolvidas sem desmatamento e sem emissões. O desafio é que o projeto de descarbonização e outros esforços feitos sejam enquadrados

nos planos de desenvolvimento regional, e em todos os planos governamentais das diferentes gestões e organizações. A intervenção do Estado e a decisão política são necessárias, pois ambas são fundamentais para tornar isto uma realidade. Espera-se que tudo corra bem nos próximos anos.

Grupo 8:

As principais dificuldades são a coordenação (tanto política quanto social) para implementar um esquema de governança multisetorial, onde exista informação precisa e aprovação e trabalho conjunto das três esferas de governo e da sociedade em geral, de modo que as ações possam ser expandidas para outras áreas dentro dos estados e a informação chegue à sociedade. Não apenas aqueles que participam do estabelecimento dos programas, mas também que exista como um conhecimento geral.

Grupo 9:

Os principais desafios são a rotatividade de pessoal, a falta de informação, a falta de treinamento, a localização de estudos que são necessários como linha de base. Também um envolvimento constante da academia e do setor privado, com uma participação constante e equilibrada de cada uma das partes envolvidas.